

Brasília, 26 de março de 2026

Seleção

Sumário

CNBC Brasil Online

Quarta-feira, 25 de março de 2026 | Direitos Autorais

Fim da parceria entre OpenAI e Disney escancara problemas da inteligência artificial 3

Jota Info

Quinta-feira, 26 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Cannabis: soberania sanitária e maturação de mercado 4

Veja.com

Quarta-feira, 25 de março de 2026 | Direitos Autorais

Regulação da IA está '90% endereçada' e deve ser votada na Câmara em abril, diz re... 6

Quarta-feira, 25 de março de 2026 | Entidades

Primeiro caça Gripen fabricado no Brasil é apresentado e país ingressa em seletor cl... 8

Fim da parceria entre OpenAI e Disney escancara problemas da inteligência artificial



Três meses após o anúncio de uma parceria de peso, OpenAI e Disney não vão mais operar juntas no mercado de inteligência artificial. O acordo de licenciamento de conteúdo da Disney para a produção de vídeos feitos por IA pela empresa de tecnologia foi encerrado.

Em dezembro, a Disney aceitou o contrato de licenciamento de mais de 200 personagens da companhia. O acordo, que girava em US\$ 1 bilhão, previa que imagens de personagens como Homem-Aranha, Pateta, Woody, entre outros, pudessem ser utilizadas e manipuladas pela OpenAI por meio do aplicativo Sora.

Mas a OpenAI não vai seguir em frente com esse plano. De acordo com reportagens recentes, a companhia decidiu encerrar o Sora para concentrar investimentos em áreas consideradas mais lucrativas e prioritárias. Entre essas áreas estão ferramentas corporativas, soluções de programação e até robótica.

A decisão pegou a própria Disney de surpresa, mas um porta-voz da companhia afirmou que respeita a decisão da OpenAI. A tendência é que a Disney busque outras empresas de inteligência artificial para contratos semelhantes. Google, Anthropic e X

são algumas das opções disponíveis, mas não há negociações em andamento no momento.

Dois pontos explicam a decisão da OpenAI de encerrar o Sora. O primeiro está ligado às críticas que a companhia vinha sofrendo por não conseguir controlar o conteúdo gerado. Há problemas relacionados ao uso inadequado de conteúdo e a possíveis violações de **direitos autorais**.

A segunda preocupação está relacionada ao aspecto financeiro. Assim que a parceria com a Disney foi anunciada, analistas de mercado começaram a questionar o valor investido em IA generativa. A principal dúvida era sobre quando um investimento bilionário teria retorno.

Sem um plano de negócios muito definido, a OpenAI atualmente ganha dinheiro com a cobrança de assinaturas de usuários que optam por planos pagos do ChatGPT.

A companhia também está testando a exibição de publicidade dentro dos resultados gerados no aplicativo. Em janeiro, a OpenAI afirmou que espera faturar "alguns bilhões de dólares" com publicidade em seus aplicativos nos próximos anos.

Em 2025, a companhia faturou US\$ 20 bilhões, segundo fontes do mercado. Estudos sugerem que a receita pode se multiplicar em até 14 vezes até 2030, caso a empresa consiga emplacar seu plano de inserir anúncios nas plataformas que opera.

A expectativa é que a rentabilidade operacional aconteça apenas após esse crescimento de receita. Por ora, a companhia sobrevive principalmente graças às injeções bilionárias recebidas de investidores privados. Ao todo, a empresa já levantou mais de US\$ 189 bilhões em aportes.

Cannabis: soberania sanitária e maturação de mercado



O impacto econômico e jurídico do novo marco da cannabis no Brasil

A publicação das Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs) nº 1.011 a 1.015 de 2026 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) representa o encerramento de um ciclo de insegurança jurídica e o início de uma era de soberania produtiva no setor de Cannabis Medicinal.

O novo arcabouço normativo não apenas cumpre a determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas redesenha a arquitetura do mercado farmacêutico brasileiro ao integrar, em um mesmo ecossistema regulado, a grande indústria, a pesquisa acadêmica avançada, as farmácias magistrais e o terceiro setor.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

A mudança mais tectônica reside na RDC nº 1.013/2026, que regulamenta o cultivo de *Cannabis sativa L.* em território nacional. Ao permitir que empresas cultivem variedades com teor de THC de até 0,3% para fins medicinais, o Brasil rompe com a dependência estrutural de insumos importados. Até este momento, a indústria nacional operava majoritariamente como importadora e envasadora de extratos estrangeiros, o que expunha o custo do medicamento às flutuações cambiais e encarecia o acesso final ao paciente.

A nacionalização da produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) promete, a médio prazo, reduzir esses custos e fomentar o desenvolvimento de uma cadeia agroindustrial de alta tecnologia, exigindo infraestruturas de cultivo *indoor* e estufas com níveis de segurança comparáveis a instalações de segurança máxima.

Paralelamente à industrialização, a Anvisa demonstrou sensibilidade social e arrojo regulatório ao editar a RDC nº 1.014/2026, que institui o Sandbox Regulatório. Reconhecendo que o modelo industrial clássico não abarca a totalidade da demanda social, a Agência criou um ambiente experimental para as Associações de Pacientes. Diferente da "zona cinza" das liminares judiciais, o Sandbox traz essas entidades para a luz da vigilância sanitária. Sob um regime de testagem

controlada, as associações poderão produzir e dispensar produtos, gerando dados de vida real que subsidiarão futuras normas definitivas. Trata-se de uma transição fundamental da judicialização do acesso para a garantia da qualidade sanitária, protegendo o paciente de produtos artesanais sem padronização.

No front do acesso direto ao consumidor, a RDC nº 1.015/2026 introduz uma revolução silenciosa ao incluir as farmácias de manipulação na cadeia de dispensação. A capilaridade do setor magistral brasileiro permitirá que a terapia canabinoide seja verdadeiramente personalizada. Médicos poderão prescrever concentrações específicas para cada patologia, fugindo das doses fixas impostas pelos produtos industrializados.

Ademais, a expansão das vias de administração para incluir o uso dermatológico abre novas fronteiras terapêuticas para condições tópicas e dores localizadas, alinhando o Brasil às tendências internacionais de diversificação do uso medicinal.

É imperativo notar, contudo, que a liberdade científica foi preservada e ampliada pela RDC 1.012/2026. Ao distinguir o cultivo para pesquisa do cultivo industrial, a norma permite que universi-

dades e institutos de ciência e tecnologia trabalhem com genéticas de alto teor de THC, essenciais para o desenvolvimento de novos fármacos psiquiátricos e neurológicos, desde que sem fins comerciais. Essa distinção é vital para garantir que o Brasil não

apenas produza *commodities* farmacêuticas, mas também gere **propriedade intelectual** e inovação.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

O mercado deve, no entanto, atentar-se aos prazos de adequação. Enquanto o Sandbox entra em vigor de imediato, as normas estruturantes de cultivo e as alterações mais profundas na produção industrial possuem um período de *vacatio legis* que se estende

até agosto de 2026.

Este intervalo é estratégico e necessário para que tanto o setor regulado quanto a própria estrutura fiscalizatória do Estado se adaptem aos rigorosos requisitos de segurança e qualidade impostos. Estamos, portanto, diante de um marco que profissionaliza o setor, afasta o amadorismo e coloca a segurança do paciente e a soberania nacional no centro da política regulatória.

Regulação da IA está '90% endereçada' e deve ser votada na Câmara em abril, diz relator



Para Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), prioridade da lei é criar modelo de governança moderno; após passar por comissão, texto deve ir ao plenário e voltar ao Senado

Compartilhe essa matéria:

Relator do Marco Legal da Inteligência Artificial, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) prevê que o projeto seja votado pela comissão especial na Câmara dos Deputados em meados de abril. Segundo o parlamentar, a proposta está "noventa por cento endereçada", passados dez meses de discussões no órgão colegiado com empresas do setor, autoridades federais e locais e representantes da sociedade civil.

"A minha expectativa é finalizar os ajustes dentro de um mês e, no início de maio, já ter isso votado", declarou Ribeiro a jornalistas nesta quarta-feira, 25, acrescentando que o cronograma final será definido pelos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e da comissão especial, Luiza Canziani (PSD-PR). A fala ocorreu durante um seminário sobre inteligência artificial em São Paulo, organizado pelo grupo LIDE, do ex-governador João Doria (sem partido).

Caso o relatório de Ribeiro seja aprovado pela comissão, o texto ainda deverá ser votado pelo plenário da Câmara e, caso aceito, retornar ao Senado, onde foi originalmente apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) em maio de 2023 - ou seja, daqui a dois meses, o Marco Legal da IA completará três anos de tramitação no Congresso.

Prioridade é lei simples com foco em governança de IA, diz Ribeiro

Segundo o relator, o objetivo final do projeto de lei nº 2.338, de 2023, é criar um modelo de governança para a inteligência artificial capaz de proteger os direitos do cidadão sem sufocar a **inovação tecnológica**. A ideia é evitar uma legislação engessada sobre IA e permitir que o governo federal, por meio da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), atualize as regras específicas conforme as novas tecnologias avançam, sem a necessidade de aprovar novas leis constantemente.

Como está a disputa Lula x Flávio Bolsonaro no Sudeste, segundo pesquisas Real Time Big Data

O estado onde Lula supera Flávio por mais de 30 pontos, segundo pesquisa Real Time Big Data

O recado do pai de Martha Graeff, ex de Daniel Vercaro, para a filha

Os principais gargalos da discussão envolvem o combate a crimes praticados com IA (como deep-fakes e golpes virtuais), a proteção dos **direitos autorais** sobre o conteúdo usado para treinar a inteligência artificial e a regulação dos custosos data centers que processarão o gigantesco volume de dados.

De acordo com Ribeiro, estes pontos devem ser excluídos do marco regulatório e tratados em outras leis específicas. "Tem muita coisa que todo mundo quer levar para dentro da legislação, e não vamos tratar de cada tema que há, porque já existe lei para tudo", declarou o deputado.

EM ALTA

1

Lula e Flávio Bolsonaro empatam no estado onde o PT venceu 66% das eleições, diz pesquisa

2

Quem foi culpado pela tragédia que mudou a vida de Gerson Brenner

3

Morre influenciador Jota Surfista aos 30 anos

4

Continuação: Regulação da IA está '90% endereçada' e deve ser votada na Câmara em abril, diz relator

Quatro nomes superam Lula numericamente em segundo turno, diz pesquisa

5

A viúva de Gerson Brenner, que largou profissão por reabilitação do ator

Primeiro caça Gripen fabricado no Brasil é apresentado e país ingressa em seletor clube



Primeiro caça supersônico desenvolvido pela sueca Saab em parceria com a Embraer faz parte de programa de produção no Brasil

Compartilhe essa matéria:

A primeira aeronave supersônica produzida no Brasil, o caça F-39E Gripen, foi apresentada nesta quarta-feira (25), em Gavião Peixoto (SP), em cerimônia que reuniu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho; o comandante da Força Aérea Brasileira, tenente-brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, e a embaixadora da Suécia no Brasil, Karin Wallenstein, além de outras autoridades do governo e do setor de defesa. Também participaram executivos das empresas envolvidas no programa, como Micael Johansson, CEO da Saab, e Francisco Gomes Neto, CEO da Embraer.

O projeto, parte de um programa firmado em 2014 entre o governo brasileiro e a sueca Saab, também envolve um pacote mais amplo de sistemas e serviços. Fato raro em aparições públicas, Lula não discursou, nem deu qualquer declaração, limitando-se a batizar a aeronave. Coube a outros participantes se manifestar. "O contrato do Gripen prevê a aquisição de 36 aeronaves para a Força Aérea Brasileira (FAB), além de simuladores de voo, estações de planejamento, integração de sensores, armamentos e suporte logístico inicial", afirmou o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho. "A escolha levou em conta fatores como menor custo operacional, qualidade e um amplo acordo de compensação, que inclui **transferência de tecnologia** e maior autonomia em manutenção", completou.

<https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2026/03/WhatsApp-Video-2026-03-25-at-11.35.13.mp4>

Desde a assinatura do contrato, o programa já consumiu cerca de 16,75 bilhões de reais, em valores corrigidos. O contrato original equivale hoje a aproximadamente 29,5 bilhões de reais, dentro de um projeto de longo prazo que combina aquisição, desenvolvimento e **transferência de tecnologia**. Até o momento, onze das 36 aeronaves foram entregues, enquanto 57% do valor total do contrato já foi executado, incluindo custos adicionais. Inicialmente previsto para ser concluído em 2024, o programa agora tem prazo até 2032.

A parceria reúne Saab, Embraer e outras empresas da base industrial brasileira, como AEL Sistemas, Atech e Akaer, responsáveis por diferentes etapas do desenvolvimento, integração e produção. Parte relevante das aeronaves será montada no Brasil, em uma linha instalada na unidade da Embraer em Gavião Peixoto. Dos 36 caças adquiridos, 15 deverão ser produzidos na unidade brasileira.

Morre o empresário Otto Baumgart, aos 45 anos, em São Paulo

Quem é o jovem no centro da disputa bilionária das Pernambucanas

Digimais: O banco de Edir Macedo que tem história parecida com o Master

Para a indústria nacional, o projeto também visa abrir espaço no mercado externo. "O programa Gripen fortalece a capacidade industrial e tecnológica do Brasil e amplia a inserção da indústria nacional no mercado internacional de defesa, com potencial de exportações para países como a Colômbia", afirmou Francisco Gomes Neto, presidente e presidente da Embraer.

Transferência de tecnologia e produção local

Um dos pilares do contrato é o processo de **transferência de tecnologia**, que incluiu o treinamento de cerca de 350 engenheiros e técnicos brasileiros, tanto no Brasil quanto na Suécia. Para as empresas, o principal ganho está na absorção de conheci-

to, especialmente na integração de sistemas, softwares e tecnologias de combate, considerada o núcleo da indústria aeronáutica moderna.

"A produção do Gripen no Brasil coloca o país em um grupo seletor de nações capazes de fabricar aeronaves de combate avançadas", afirmou Micael Johansson, CEO da Saab. "A linha de produção inaugurada em 2023 teve todas as capacidades previstas plenamente implementadas e é, hoje, a única fora da Suécia, a primeira desse tipo desde a fundação da empresa, em 1937."

Com a produção do modelo, o Brasil passa a integrar um grupo de cerca de 14 países com capacidade de fabricar aeronaves supersônicas, ainda que com diferentes níveis de autonomia tecnológica. No Hemisfério Sul, apenas Austrália e África do Sul possuem essa capacidade. A estrutura instalada no interior paulista reúne etapas que vão da montagem estrutural à integração de sistemas e à preparação para voo, com uma cadeia de suprimentos compartilhada entre Brasil e exterior.

A unidade também pode ganhar protagonismo em futuras vendas internacionais. A fábrica brasileira é considerada candidata a atender encomendas externas do modelo, especialmente em mercados da América Latina, região em que o Brasil é hoje o único país com capacidade de produzir aeronaves de combate supersônicas.

O que torna o Gripen um caça avançado

Desenvolvido pela Saab, o Gripen é um caça multifuncional projetado para missões de defesa aérea, reconhecimento e ataque. A aeronave atinge velocidade de até Mach 2 (cerca de duas vezes a velocidade do som) e foi concebida para operar em cenários de alta complexidade, com grande integração entre sensores, armamentos e sistemas de comunicação.

"O Gripen representa hoje a plataforma de combate mais avançada já incorporada à Força Aérea Brasileira e se consolida como o principal vetor do sistema de defesa aérea do país", diz Marcelo Kanitz Damasceno, comandante da Aeronáutica do Brasil. "O programa cria as bases para o desenvolvimento de novas capacidades, incluindo projetos nacionais, como aeronaves não tripuladas de grande porte", afirmou.

Entre os principais diferenciais do modelo está a capacidade de fusão de dados, que permite ao caça integrar informações de diferentes sensores e compar-

tilhá-las em tempo real com outras aeronaves e centros de comando. Na prática, isso amplia a consciência situacional do piloto e melhora a tomada de decisão em combate.

O Gripen também pode operar com uma ampla gama de armamentos, incluindo mísseis ar-ar de longo alcance, sistemas de guerra eletrônica e contramedidas para neutralizar ameaças. Sua arquitetura aberta permite atualizações constantes de software e integração de novos equipamentos ao longo do tempo, o que prolonga sua vida operacional.

Indústria, inovação e novos mercados

O programa se insere em um contexto mais amplo de investimentos na indústria e em **inovação tecnológica**. "A indústria de defesa está na fronteira da inovação e integra as prioridades da nova política industrial do país", afirmou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. "Há previsão de investimentos de cerca de 108 bilhões de reais, com recursos do BNDES, da **Finep** e do Ministério da Ciência e Tecnologia, voltados à inovação e à modernização do parque industrial."

Além do Gripen, o complexo de Gavião Peixoto concentra outros projetos estratégicos da Embraer, como o cargueiro KC-390 e iniciativas em desenvolvimento, incluindo aeronaves elétricas de decolagem vertical (eVTOL), voltadas à mobilidade urbana.

A jornalista viajou a convite da Saab.

EM ALTA

1

Quem foi culpado pela tragédia que mudou a vida de Gerson Brenner

2

A decisão da Justiça sobre processo criminal contra Andréa Sorvetão

3

A viúva de Gerson Brenner, que largou profissão por reabilitação do ator

4

O relato de ex-namorada de Gerson Brenner sobre reencontro após acidente

5

Continuação: Primeiro caça Gripen fabricado no Brasil é apresentado e país ingressa em seleto clube

Ana Maria Braga 'causa' ao escolher música por eliminação de Jonas do BBB 26

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	1,4,5
Entidades	6,7,8
Propriedade Intelectual	2,3